

Governo confia em bloco para obter maioria

BRASÍLIA — Quando decidiu formalizar o bloco parlamentar no Senado, o governo já sabia que esse grupo de apoio não conseguiria garantir a vitória nas votações do esforço concentrado nem a eleição do futuro presidente do Congresso. O objetivo dos articuladores políticos do governo, ao oficializar um bloco minoritário — apenas 33 senadores —, é facilitar a adesão de novos senadores, na próxima legislatura, e conseguir a maioria na Casa.

“Quando os eleitos assumirem os seus mandatos, já encontrarão o caminho pavimentado para apoiar as propostas do governo”, afirma, otimista, o ministro da Justiça, Jarbas Passarinho.

Embora reconheçam as dificuldades de se criar um bloco forte para disputar a presidência do Senado, os articuladores políticos do governo decidiram mudar os objetivos. Agora, eles pretendem somar ao grupo um número de senadores que garanta a representação da maioria e, com isso, assegurar a indicação dos relatores de todos os projetos e a presidência das comissões técnicas.

AVANÇO

Para o governo, isso representaria um avanço significativo, pois uma das principais dificuldades enfrentadas neste ano, foram os relatórios apresentados pelo PMDB, que descharacterizavam todas as propostas do Palácio do Planalto. Tanto o regimento interno da Câmara quanto o do Senado garantem a indicação dos relatores e a escolha dos presidentes de comissões aos partidos majoritários.

Segundo Passarinho, a escolha pela formalização de um bloco parlamentar minoritário foi também uma tentativa de se evitar as constantes negociações que precisavam ser feitas a cada votação. “Gastávamos um tempo precioso com essas discussões”, observa o ministro.

O fato de existir um bloco oficializado, de acordo com ele, evita, inclusive, os rompimentos de última hora, ocasiões, em geral, por interesses pessoais. Passarinho explica que o governo não saiu “derrotado” na votação da Medida Provisória 273, que trataba da reposição das perdas salariais. “Sabíamos que isso ia ocorrer”, afirma, acrescentando que com apenas 33 senadores não havia como evitar a aprovação do projeto de conversão do deputado Tidei de Lima (PMDB-SP), que restabelece a indexação salarial.

CONTATOS

Para garantir a adesão de novos senadores ao bloco, os líderes do governo e o ministro da Justiça pretendem acelerar as articulações a partir da segunda quinzena de janeiro. Mas os líderes do governo no Senado, José Ignácio (PST-ES), e do PRN, Ney Maranhão (PE), já iniciaram contatos com vários deles.

Dessas conversas, segundo Ignácio, é possível fazer um mapeamento das possíveis adesões. Os números definitivos, porém, só serão apresentados ao presidente Fernando Collor no final de janeiro.